

---

## **Dissertações**

---



# Quando o sagrado fala: O autor no discurso religioso

*Fabiano Aparecido Costa Leite<sup>1</sup>*

## **RESUMO**

Este artigo tem como referência a Umbanda, por se tratar de um tipo de manifestação religiosa que concentra seus esforços em produzir a figura do médium que enuncia um discurso que não é seu. Há diversas formas conhecidas de enunciação do Discurso Religioso da Umbanda, mas a análise desses outros formatos de transmissão do discurso muda sensivelmente em relação ao enunciador que utiliza a oralidade para promover o discurso. Nesse artigo, focalizamos a oralidade do enunciador diretamente para o co-enunciador na liturgia religiosa designada “consulta”: o discurso religioso umbandista caracteriza-se pelo aceite do co-enunciador de participar ou, inclusive, de motivar o discurso dentro dos parâmetros iniciais do enunciador, mesmo que os limites da enunciação possam sofrer alterações durante o discurso.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Umbanda. Enunciação. Análise do Discurso.

## **ABSTRACT**

This article has Umbanda as reference because it is a type of religious manifestation whose efforts are directed towards producing mediums,

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida.

characters who utter a discourse that does not belong to them. There are several known forms of enunciation of the religious discourse of Umbanda, but the analysis of the form these speeches are transmitted changes significantly when compared to the enunciator who uses orality to deliver the speech. In this article, we focus on the orality of the enunciator directed to the co-enunciator in the religious liturgy called “consultation”: the Umbanda religious discourse is characterized mainly by the acceptance by the co-enunciator to participate or even to motivate the discourse within the initial parameters of the enunciator, even if the utterance boundaries may change while the speech is being delivered.

## KEYWORDS

Umbanda. Utterance. Religious Discourse Analysis.

Na análise do discurso francesa, o enunciador é quem mobiliza o texto e, embora ele não tenha controle total sobre o discurso, é através dele que a heterogeneidade do discurso se constrói e se mantém juntamente com o co-enunciador<sup>2</sup> materializado pela linguagem, para dar a composição mínima para o discurso existir, mas, segundo Pêcheux, a enunciação está alicerçada no ser humano como único capaz de iniciar e finalizar o ciclo de uma comunicação objetiva e intencionalmente complexa fora das características básicas dos instintos primitivos:

De acordo com o narcisismo universal do pensamento humano – a menos que se trate de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a ideia de Ciência –, o sujeito é de direito um estrategista consciente, racional e lógico-operatório, cujos poderes se encontram limitados de fato na sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício, por coerções biológicas de um lado, e por coerções sociológicas, de outro lado<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Entendemos, a partir de Maingueneau, que o co-enunciador não é considerado mais o destinatário, pois esse também articula o discurso juntamente com o enunciador transformando-se também em uma instância enunciativa (MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006).

<sup>3</sup> PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: *Análise do discurso*. Eni Puccinelli Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 2011, p. 227.

A partir deste limite da enunciação estabelece-se a questão: Será o enunciador apenas o ser biologicamente pensante conforme condicionado pela ciência oficial? Essa pergunta inquietante elaborada no pensamento metafísico torna-se fundamental na observação do discurso proferido por um médium umbandista acreditando estar sendo conduzido por manifestação espiritual que não é apenas ele próprio<sup>4</sup>, pois, juntos, crê tornar-se uma nova personalidade enunciativa<sup>5</sup> para realização do discurso. Acredita o médium ser instrumento e outro ser, o espiritual, utilizando-se da faculdade de comunicação dele para articular o discurso como enunciador de fato.

Nesse sentido, temos um outro fator para encontrar o enunciador do discurso, pois, quando evidenciamos alguém como enunciador, mesmo se apresentando como inspirado por outro ou algo, suas características humanas básicas estão presentes; ainda é ele que está enunciando. Assim, encontrar quem enuncia sempre esteve, na maioria dos casos, mais em determinar quem é o ser enunciativo dentro da historicidade ou do próprio discurso.

Mas quando, mesmo evidenciado o enunciador do discurso, este se nega a reconhecer como seu o discurso que profere? Mesmo que seja comprovado que foi proferido por sua voz, por seu corpo, ou seja, de sua representatividade física singular? Se esse possível enunciador qualificado identifica outro ser capaz de elaborar o discurso e apresenta-se não como enunciador, mas como mediador incapaz de realizar ou aceitar o discurso como seu, quais mecanismos temos para definir claramente quem é, de fato, o enunciador do discurso?

Utilizaremos neste artigo como referência a Umbanda por se tratar de um tipo de manifestação religiosa que concentra seus esforços em produzir a figura do médium que enuncia um discurso que não é seu. Sabemos que existem diversas formas conhecidas de enunciação do Discurso Religioso

---

<sup>4</sup> SILVA, W.W.M.E. *Umbanda de todos nós*. São Paulo: Ícone, 2009.

<sup>5</sup> Está fora do foco desse estudo mediar às questões de mediunidade, transe e possessão, mas compartilhamos o termo de “transe de inspiração”. RIZZI, Nilse Davanço. *Visões do transe religioso. Plural – Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: USP, 1997, Vol. 4, n. 1, p. 80-92, atende não apenas a questões da Umbanda, que é o foco principal deste artigo, mas também diversas formas de discursos que concedem a uma outra instância enunciativa, que não a si, o autor do discurso proferido.

da Umbanda (DRU)<sup>6</sup>, mas a análise desses outros formatos de transmissão do discurso muda sensivelmente em relação ao enunciador que utiliza a oralidade para promover o discurso. Por esse motivo manteremos o foco na oralidade do enunciador diretamente para o co-enunciador dentro da liturgia religiosa designada consulta: O DRU caracteriza-se principalmente pelo aceite do co-enunciador de participar ou, inclusive, motivar o discurso dentro dos parâmetros iniciais do enunciador, mesmo que os limites da enunciação possam sofrer alterações durante o discurso.

A primeira questão quanto ao autor no DRU surge em como qualificar o enunciador se admitirmos inicialmente que a AD integra-se na esfera da possibilidade do ser humano. Manteremos então o termo enunciador para continuar destacando o médium, e o co-enunciador para destacar a pessoa que interage com ele no discurso oral durante a enunciação. Utilizaremos o termo autor para nos referirmos a todas as possibilidades de enunciador que serão problematizadas. Está fora do foco desse estudo mediar às questões de mediunidade, transe e possessão, mas compartilhamos o termo de “transe de inspiração”<sup>7</sup>: que atende não apenas a questões da Umbanda, que é o foco principal deste artigo, mas também diversas formas de discursos que concedem a uma outra instância enunciativa, que não a si, o autor do discurso proferido<sup>8</sup>.

A evidenciação do autor no DRU sugere primeiramente que este é um autor qualificado. Podemos defini-lo assim, bastando pequenas incursões no processo de descrição ou observação do momento em que o médium (enunciador), profere o discurso para o consulente (co-enunciador) enquanto ocorre a consulta espiritual. Mas ser autor qualificado nos apresenta um problema de compatibilidade com as possibilidades conceituais de autor.

---

<sup>6</sup> Essas teologias acreditam que seres espirituais podem realizar discursos em vários formatos. Exemplos vão desde inspiração atuando dentro de sonhos / intuição ou diretamente pelo controle motor do corpo para escrever diretamente, a chamada psicografia (RIVAS, Francisco Neto. *Umbanda a proto-síntese cósmica – Epistemologia, Ética e Método da Escola de Síntese*. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 361-374).

<sup>7</sup> RIZZI, Nilse Davanço. Visões do transe religioso. *Plural – Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: USP, 1997, Vol. 4, n. 1, p. 85.

<sup>8</sup> Sabemos que em diversos estudos o autor e o enunciador são colocados como o mesmo elemento, mas dentro do nosso foco, faremos essa distinção para deixarmos claro o objeto de estudo a que estamos nos referindo.

Qualquer pessoa pode dizer-se médium e estudar um texto e reproduzi-lo demonstrando-se com características de incorporação aceitas na Umbanda. Nesse caso o “autor qualificado” passa a não mais sê-lo, pois não preenche os requisitos necessários para estar dentro do processo de legitimidade do discurso, assim gerando uma terminologia ineficiente para assumir os contornos do caso estudado.

Ao defini-lo contundentemente como enunciador, estaremos conduzindo claramente para o médium a premissa de que é ele, em todas as suas capacidades vitais e psicológicas, pleno agente da enunciação, não levando em conta outros aspectos que podem inclusive remover esse “consciente, racional e lógico-operatório” de Pêcheux. Embora o louco também possa ser aqui cooptado como enunciador, ele, diferente do ser pleno, não tem legitimidade sobre o DRU:

“Ora, à medida que a loucura significa um defeito da capacidade humana universal e simbolização e que esta define a humanidade bem como a cultura, ser louco significa ser des-humanizado (des-culturado), isto é, aquele que rompeu com a natureza humana. Como um distúrbio psíquico e cultural, a loucura é uma doença. Ela não é uma doença qualquer, mas uma doença que atinge o “espírito humano”. E aí pode-se perceber o que escapa a essa visão sociológica. Ela não chega a se interrogar sobre as “condições que tornaram possível este estranho status da loucura, doença mental irreduzível a qualquer doença” (M. Foucault, *Doença Mental e Psicologia*). E menos ainda sobre a origem da operação que incorporou a loucura no universo das doenças”<sup>9</sup>.

Nesse sentido, a descoberta de um ser completamente apto e de outro rompido totalmente com a cultura simbólica humana invalida seu discurso como representante do DRU, podendo, de certa forma, até tentar passar-se como legítimo, mas não se qualificando de fato, por isso impossível de representar-se como tal fora do engodo planejado ou involuntário.

Entendemos que no caso destes modelos de discursos o mais próximo dessa cena de enunciação que podemos encontrar é a definição de autor-negador, porque na dinâmica do discurso temos um “terceiro

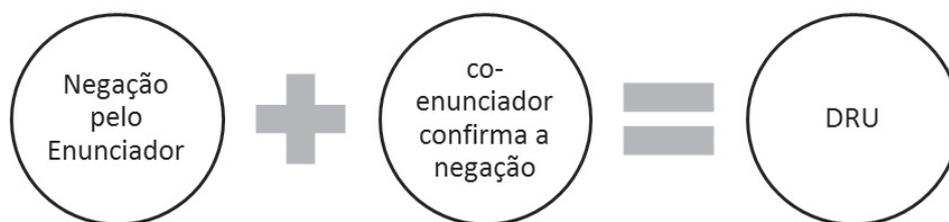
<sup>9</sup> FRAYSE-PEREIRA, João. *O que é loucura?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34.

percebido” pelo enunciador e pelo co-enunciador, porém sem o mesmo status de ser biológico dentro do discurso e de todas as mediações que podem ser feitas no DRU.

Enquanto o médium está inserido dentro do argumento de autor-negador ele permanece dentro do DRU no limite entre a razão absoluta do homem pleno e o limite da loucura como distúrbio psíquico. Mesmo reconhecendo que sua própria existência no discurso concede uma possibilidade de coautoria anônima enunciativa, essa coautoria é relativizada em prol de maximizar o discurso dentro do DRU, pois, revelada ou evidenciada sua coautoria, muitas vezes torna-o incapaz de sustentar-se na negação de enunciador que é exigida por esse tipo de discurso. Desmontando-se como autor-negador, ele mesmo passa a não existir dentro do DRU, porque ganhando a categoria de enunciador os limites aceitos pelo co-enunciador são ultrapassados e passa a ser considerado outro discurso, removendo-o com brutalidade do DRU. Essa remoção é promovida pelo co-enunciador através da interdição do seu discurso<sup>10</sup>.

Esse discurso religioso só existe de fato se o autor puder ser aceito como autor-negador pelo co-enunciador. Nesse caso, quem fala deve ao mesmo tempo recusar o discurso que está comprovadamente sendo proferindo pelas suas cordas vocais, pois essa é a exigência fundamental para a existência do próprio discurso, conforme a seguinte representação:

**Figura 01 – Os atores representativos na formação do DRU**



Assim, definimos autor-negador como o enunciador que não aceita a autoria da enunciação e, por isso, repele-se como possível autor do discurso que enuncia, mesmo que aparentemente evidenciado, mas oculto e ativo dentro do próprio discurso.

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2010, p. 26.

Diversos pesquisadores há muito vêm debruçando-se sobre a questão de saber quem é o autor, embora nomes como Barthes acreditem que a possibilidade do autor não é necessária:

Dar um Autor a um texto é impor a esse texto um mecanismo de segurança, é dotá-lo de um significado último, é fechar a escrita. Esta concepção convém perfeitamente à crítica, que pretende então atribuir-se a tarefa importante de descobrir o Autor (ou as suas hipóteses: a sociedade, a história, a psique, a liberdade) sob a obra: encontrado o Autor, o texto é «explicado», o crítico venceu; não há pois nada de espantoso no fato de, historicamente, o reino do Autor ter sido também o do Crítico, nem no de a crítica (ainda que nova) ser hoje abalada ao mesmo tempo que o Autor<sup>11</sup>.

Se, conforme Barthes, ao tentarmos identificar o autor estamos na verdade aprisionando a própria obra dentro da visão do crítico que conhece o autor, a formalização do “eu” enquanto autor estaria diretamente ligada à necessidade de capturá-lo e não de identificá-lo. Foucault nesse sentido faz outra abordagem do autor:

“O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu o texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”<sup>12</sup>.

A ideia do autor não passa pela experiência única do ser que irradia o texto, mas em que patamar o autor se estabelece com seu texto do ponto de vista das suas coerências e significados enquanto autor. Este processo de agrupamentos permite que mesmo religiões como a Umbanda que não são centralizadas em uma doutrina unificada e que mantêm seus ensinamentos teológicos na oralidade uma coerência mínima para que os co-enunciadores possam identificar e ratificar os autores-negadores.

Se o autor passa a ser mero coadjuvante do seu texto, porque sua intencionalidade escapa a partir do momento em que o texto passa a

<sup>11</sup> BARTHES, Roland. *A morte do autor*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 4-5.

<sup>12</sup> FOUCAULT, 2010, p. 26.

ter vida própria perante o co-enunciador, ainda temos o problema do co-enunciador que, mesmo dando significância ao discurso, idealiza-se com o autor para dar a esse a autoria do pensamento que se distanciou inicialmente do autor, mas necessita reavivá-lo para continuar sua reconstrução idealizadora. Essa figura de distanciamento-aproximação Maingueneau, na sua classificação de três dimensões da noção do autor, definiu como “auctor”:

A terceira dimensão é a do autor enquanto correlato de uma obra. Para evitar a instabilidade da palavra “autor”, poderíamos falar aqui de auctor. Se todo texto implica por natureza um “responsável”, apenas um número muito restrito de indivíduos atinge o estatuto de “auctor”. Basta para isso que se possa associá-los a uma “obra”, digamos a um Opus, e não a uma sequência contingente de textos dispersos. O Opus pode até ser constituído por um único texto, mesmo que seu autor tenha produzido apenas um, ou que só um texto dele tenha chamado a atenção<sup>13</sup>.

Esta dimensão do autor é que utilizamos para determinar o autor no DRU: o autor idealizado na figura do médium que recebe o status de auctor pela capacidade de criar o discurso e provê “fonte de autoridade apenas se terceiros falam dele”<sup>14</sup>, pois para ter direito a ser autor no DRU não basta o médium dizer-se em contato com o espiritual, a autoridade é provida por quem recebe o discurso e trata essa manifestação como auctor, como descreve Maingueneau:

Para ser plenamente auctor, é preciso ser reconhecido, ter uma “imagem de autor”. O grau desse “reconhecimento” varia com a natureza dos terceiros implicados. Uma coletânea de poesias publicadas por conta do autor e da qual só a família e os amigos próximos do produtor falam confere uma qualidade de “auctor” de nível bem baixo; ao contrário, um ensaio publicado por um grande editor, citado por diversas revistas de prestígio e que leva seu autor a um programa de televisão, confere um forte coeficiente de auctoridade<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010, p. 30.

<sup>14</sup> MAINGUENEAU, 2010, p. 31.

<sup>15</sup> MAINGUENEAU, 2010, p. 32.

O autor-negador do DRU necessita ter esse coeficiente para iniciar seu processo de autor-negador. Ele por si nega a possibilidade de ser o autor, diferente da possibilidade de heterônimos que são autores fictícios formalmente criados e controlados pelo autor:

Um dos maiores exemplos dessa ausência da unidade do eu, na literatura, é Fernando Pessoa. Ao morrer, em 1935, aos 47 anos, Pessoa deixou um baú repleto de poemas, bilhetes, projetos de livros, cartas etc. – mais de 25 mil documentos, que se encontram atualmente na Biblioteca Nacional em Lisboa. Esses documentos foram escritos por seus heterônimos (em número maior que 15), a maior parte com biografia, data de nascimento, horóscopo, caligrafia e estilo literário próprios. Heterônimo não é o mesmo que pseudônimo; não se trata de produções de Fernando Pessoa publicadas sob nome falso. Heterônimos são personagens criados por Pessoa, que pensam diferentemente dele e têm estilos diferentes<sup>16</sup>.

O médium não aceita ser o agente que controla suas manifestações, não parte de si para criar o outro, parte da sua situação de autor-negador para construir a imagem da entidade espiritual, que para o médium materializa-se e mantém-se autônoma e totalmente independente e que não credita para si a possibilidade de criação de um personagem espiritual<sup>17</sup>. Mesmo operando como autor-negador, escapa à capacidade do médium essa legitimação e o referendo de ser ou não o autor-negador. Neste caso, é exclusivamente o co-enunciador que legitima ou não o autor-negador.

Neste tipo de discurso, a AD agora recebe o ônus contrário: Não deve mais procurar o autor, ela deve provar se quem não aceita a autoria realmente não o é. Se o médium sozinho não é o autor porque o privilégio sacerdotal<sup>18</sup> transforma-o em autor-negador, a eficácia dessa recusa encontra-se diretamente ligada ao co-enunciador que, aceitando a recusa, o promove a auctor.

<sup>16</sup> ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

<sup>17</sup> VICTORIANO, Benedicto Anselmo Domingos. *O prestígio religioso da umbanda – Dramatização e poder*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 27.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 39.

Não existe atualmente nenhum mecanismo que possa medir uma quantidade razoável da mediunidade para avaliarmos quanto é o próprio médium, quanto é um estado alterado de consciência<sup>19</sup> ou mesmo quanto é possível uma parte espiritual. Não sabemos, inclusive, se este processo passa-se de forma homogênea ou se, durante o discurso, pode, inclusive, variar todos esses processos em quantidade, qualidade e duração. Mas diante de todo o exposto, podemos relatar que diversos pesquisadores que estudam o fenômeno afirmam que existe no DRU uma transferência de ser, mesmo que seja psíquica, mesmo que seja espiritual, mesmo que seja comportamental<sup>20</sup>.

Nesse caso, como pode a AD determinar o autor como o médium? Ao mesmo tempo como pode a AD estabelecer que tipo de autor se trata no momento? Sabemos inicialmente que o médium é o autor-negador, mas não podemos afirmar que é propriamente o autor, pois não existe na AD processos que possam avaliar quanto existe realmente do médium como ser humano pleno das suas faculdades e quanto ele, como pleno, interfere no discurso.

Também não podemos ser ingênuos na AD ao negar sumariamente o médium como autor, evidenciado pelo som emitido das suas cordas vocais e emitindo possibilidades no discurso, muitas vezes baseado em seus conhecimentos e suas ideologias<sup>21</sup>, mesmo estando ele em estado de autor-negador e modificando as formas do seu corpo e de sua fala para evidenciar esse processo. Será que a quantidade emprestada do médium como ser pleno das suas faculdades para um estado alterado de consciência ou até um outro ser espiritual o despojará do comprometimento de ser o autor? Se para estar dentro do DRU é necessário aceitar seus limites, e nos baseando em uma teologia da cultura<sup>22</sup>, ele constrói um aprisionamento

---

<sup>19</sup> ZANGARI, Wellington. *Incorporando papeis: Uma leitura psicossocial do fenômeno da mediunidade*. São Paulo. Tese de Doutorado – USP, 2003, p. 166.

<sup>20</sup> BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda?* São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 23.

<sup>21</sup> PÊCHEUX, Michel. Sobre os conceitos epistemológicos da análise do discurso. In: *Análise do discurso*. Eni Puccinelli Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 2011, p. 288.

<sup>22</sup> HIGUET, Etienne. O campo e o estudo da religião à luz do pensamento de Paul Tillich. In: *Religião, modernidade e pós-modernidade. Interfaces, novos discursos e linguagens*. José Queirós, Maria Luiza Guedes, Angela Maria Quintiliano (orgs.). Aparecida: Ideias & Letras, 2012, p. 13-34.

do incondicional frente às limitações humanas impostas pela própria Umbanda como organizadora religiosa e ideológica de seus arquétipos. Quanto é deslocado da capacidade intelectual plena do médium frente às questões práticas da religião para não ser a ele atribuída a autoria?

Nossa intenção principal neste estudo é estabelecer como a AD interpreta o autor no DRU e ser este autor subjetivo e indeterminado não cria problemas quanto a sua classificação. Sendo ele indeterminado, não podemos assumir o médium como autor, nem outro ser como tal. Então necessitamos estabelecer uma nomenclatura que possa evidenciar esse sujeito para que quando for aplicada a AD, possa ser interpelado em sua plenitude, e não só no DRU, mas em todos os outros discursos religiosos que tenham a mesma estrutura particular de discurso.

Na AD, o discurso é representado minimamente por um enunciador e um co-enunciador<sup>23</sup>:

enunciador ←————→ co-enunciador

O discurso religioso do tipo autor-negador subverte esse conceito e o enunciador, no caso o médium, do DRU rebela-se em ser o enunciador de fato, mesmo que evidenciado como proferindo o discurso fisicamente através das suas cordas vocais, solicitando para si então a possibilidade de ser um autor-negador, ou seja, aquele que é apenas parte da cena da enunciação, mas não sendo o enunciador de fato. Temos, a partir dessas características, a seguinte esquematização do processo enunciativo retratado no DRU:

autor-negador —————→ [ - ] ←————→ co-enunciador

Se não aceitarmos a possibilidade do autor-negador, teremos o médium como autor e enunciador:

médium —————→ médium ←————→ consulente

<sup>23</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 22.

Mas a não aceitação do autor-negador pela AD invade diretamente outros domínios do conhecimento, como a psiquiatria, por exemplo, que, observando o mesmo fenômeno, pode não concordar com a esquematização proposta pela ausência do autor-negador por se tratar não mais do médium como é, mas de um ser humano com estado alterado de consciência que pode variar a tal ponto que não se caracterizará mais como o médium propriamente dito dentro das formalidades previstas como ser pleno no seu contínuo social:

médium —————> médium em EAC <————> consulente

Mas classificar o autor-negador como o médium em EAC é representá-lo em uma teoria possível dentre as demais. Neste caso entendemos como ideologia a tentativa de assumir uma única possibilidade como decididamente viável. Possibilidades continuam sendo construídas e teses sobre quem realmente é o autor do DRU ainda estão sendo produzidas e reconstruídas<sup>24</sup>, por isso determinar o autor no DRU sendo o médium em EAC não nos parece ser o melhor entendimento para representá-lo na AD.

Acreditamos não caber a AD discutir o estado mediúnico, o charlatão, a consciência alterada, o louco ou até quem sabe realmente um outro ser; essa é uma discussão que cabe a outras áreas do conhecimento. Nosso objetivo é fundamentar a possibilidade da estrutura peculiar do DRU dentro da AD do médium negar na sua enunciação ser o autor do discurso, transformar-se no autor-negador, e entrar em cena um novo agente do discurso validado pelo co-enunciador.

Esse novo agente da enunciação que sobrevive temporariamente enquanto o DRU acontece através do autor-negador com a legitimação do co-enunciador chamamos aqui de terceiro-incluso. Nesse caso teremos a seguinte esquematização:

autor-negador —————> terceiro-incluso <————> co-enunciador

<sup>24</sup> ALMEIDA, Angelica Aparecida Silva de. *Uma fábrica de loucos: psiquiatria X espiritismo no Brasil (1900-1950)*. Campinas: UNICAMP – Tese de Doutorado, 2007, p. 166.

Dessa forma, a AD não responde mais pela necessidade de determinar o autor, mas de qualificá-lo. Se do autor-negador surge o terceiro-incluso, o médium, nesse momento, pode fazer-se representar com qualquer traço de autoria: como ele próprio, como um estado alterado de consciência, como o louco ou como, inclusive, outro ser externo, tornando essa autoria irrelevante para a AD, mas necessária sua especificação dentro da AD frente a esse tipo de discurso.

Poderemos, então definir, após todo exposto que o autor no DRU, do ponto de vista da AD, é o terceiro-incluso, ser momentâneo representado pelo autor-negador e legitimado pela ideologia do co-enunciador.

**Figura 03 – Esquema do autor no DRU**



Embora estamos formalmente tratando a Umbanda, esse mesmo esquema para encontrar o autor de um discurso religioso em estado de negação do discurso (autor-negador) oferecendo a autoria para um ser metafísico, místico ou sagrado (terceiro incluso) pode ter abordagem em diferentes religiões e ser utilizado para que os estudos desses discursos sejam viabilizados dentro das Ciências das Religiões sem ultrapassarmos a epistemologia do sentido de autor/enunciador e ao mesmo tempo não romper com os pensamentos teológicos das religiões estudadas.

## Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- ALMEIDA, Angelica Aparecida Silva de. *Uma fábrica de loucos: psiquiatria X espiritismo no Brasil (1900-1950)*. Campinas: UNICAMP – Tese de Doutorado, 2007.
- BARTHES, Roland. *A morte do autor*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/48019;-mod\\_resource/content1/morte\\_do\\_autor.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/48019;-mod_resource/content1/morte_do_autor.pdf). Acesso em 01/01/2013.
- BIRMAN, Patrícia. *O que é Umbanda?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2010.
- FRAYSE-PEREIRA, João. *O que é loucura?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HIGUET, Etienne. O campo e o estudo da religião à luz do pensamento de Paul Tillich. In: *Religião, modernidade e pós-modernidade. Interfaces, novos discursos e linguagens*. José Queirós, Maria Luiza Guedes, Angela Maria Quintiliano (orgs.). Aparecida: Ideias & Letras, 2012.
- MAGGIE, Yvonne. *Guerra de Orixá*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. *Gelne – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*. Maria Elias Soares (org.). Vol. 2. Fortaleza: EFC, 2002, p. 1-11.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1980.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Especificidade de uma disciplina de interpretação. In: *Análise do discurso*. Eni Puccinelli Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 2011, p. 227-230.

- PÊCHEUX, Michel. Sobre os conceitos epistemológicos da análise do discurso. In: *Análise do discurso*. Eni Puccinelli Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 2011, p. 283-294.
- PINHO, Rubim de. *A visão psiquiátrica do misticismo*. Bahia: Revista Diálogo Médico, 1975, p. 21-24.
- RIVAS, Francisco Neto. *Umbanda a proto-síntese cósmica – Epistemologia, Ética e Método da Escola de Síntese*. São Paulo: Cultrix, 2002, p. 361-374.
- RIZZI, Nilse Davanço. Visões do transe religioso. *Plural – Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: USP, 1997, Vol. 4, n. 1, p. 80-92.
- SILVA, W.W.M.E. *Umbanda de todos nós*. São Paulo: Ícone, 2009.
- VICTORIANO, Benedicto Anselmo Domingos. *O prestígio religioso da umbanda – Dramatização e poder*. São Paulo: Annablume, 2005.
- ZANGARI, Wellington. *Incorporando papeis: Uma leitura psicossocial do fenômeno da mediunidade*. São Paulo. Tese de Doutorado – USP, 2003.